ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CPI apurou R$ 7 bilhões em sonegação

Deputados querem pedir o bloqueio de bens de 500 empresas que devem ao Estado

POLLYANNA DIAS
pdias@redegazeta.com.br

O relator da CPI da Sonegação da Assembleia Legislativa, Cacau Lorenzoni (PP), informou ontem, em entrevista coletiva, que os trabalhos do colegiado apuraram uma perda de receita de R$ 7 bilhões por causa de sonegações de impostos no Espírito Santo nos últimos anos.

O presidente da CPI, deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), explicou que o valor é referente à análise de dados das 500 empresas que mais devem tributos ao Estado. Eles foram enviados à CPI pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), segundo o parlamentar. Procurado por A GAZETA, no entanto, a pasta que cuida do caixa estadual informou somente que "atua sob sigilo fiscal no seu relacionamento com os contribuintes".

Em nota, a Sefaz frisou que "reconhece a relevância e apoia os trabalhos da CPI da Sonegação e aguardará o relatório final e os encaminhamentos dele decorrentes".

Segundo Cacau Lorenzoni, do valor total apurado pelo grupo, cerca de R$ 4 bilhões advêm de perdas de ISS (Imposto Sobre Serviço) em 10 municípios onde a Petrobras atua. Os outros R$ 3 bilhões referem-se a sonegações de ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços). Os dados também se baseiam em informações repassadas pela Sefaz.

A LISTA

O levantamento do prejuízo baseou-se nas dívidas ativas dos últimos cinco anos, ou seja, que não foram prescritas e que o Estado tem direito a receber.

Na lista das empresas classificadas como sonegadoras pela CPI, aparecem a Petrobras (com dívida de mais de R$ 200 milhões); Telemar – atual Oi – (com R$ 100 milhões); DMA Distribuidora (R$ 48 milhões); ArcelorMittal (mais de R$ 20 milhões); Samarco (mais de R$ 16 milhões), entre outras.

NA JUSTIÇA

"A CPI vai pedir o bloqueio de bens das empresas sonegadoras, analisado caso a caso, para negociarem na Justiça o pagamento da dívida"

CACAU LORENZONI (PP)
DEPUTADO ESTADUAL

BLOQUEIO DE BENS

O deputado Cacau Lorenzoni adiantou que a CPI vai pedir ao Tribunal de Justiça do Estado (TJES) o bloqueio de bens das empresas devedoras antes da conclusão do relatório da comissão, prevista para acabar em 60 dias.

"A intenção da CPI é fazer com que os recursos voltem aos cofres do governo", disse o relator.

"Com a morosidade dos julgamentos, o Estado corre o risco de ter direito a receber mas não conseguir o ressarcimento", criticou Enivaldo dos Anjos. Da lista de empresas analisada pela CPI, cinco já fecharam as portas.

DIVULGAÇÃO/ALES

Cacau Lorenzoni é o relator da CPI da Sonegação na Assembleia Legislativa

ENTENDA

Devedores

▾ **Na área do petróleo**
A CPI da Sonegação foi criada para apurar irregularidades no pagamento e a sonegação de tributos por empresas petrolíferas que atuam no Espírito Santo.

Quebra de sigilo

▾ **Principais devedoras**
A comissão pediu à Sefaz a quebra do sigilo fiscal das companhias que participam da cadeia produtiva do petróleo no Estado e das 500 principais devedoras de ICMS e ISS.

OUTRO LADO

Empresas dizem que cumprem a lei

A Oi (antiga Telemar) informou em nota que desconhece a investigação da CPI e não vai se manifestar. Procurada por A GAZETA, a ArcelorMittal Tubarão informou que cumpre toda a legislação vigente, inclusive a fiscal, e que desconhece o teor dessa informação. Já a Samarco afirmou que cumpre rigorosamente todas as suas obrigações tributárias nos âmbitos municipal, estadual e federal, conforme a legislação. Em nota, disse que "a conformidade e o compliance são condições de negócio e estão respaldados em todos os níveis e processos por meio de políticas, treinamentos, estruturas e mecanismos de controle". Também citadas pela CPI da Sonegação, a Petrobras e a DMA Distribuidora não se posicionaram até o fechamento desta edição.

DÍVIDAS PENDENTES

Contas em risco em 7 cidades

Ministério Público de Contas apurou dados incorretos em prefeituras e quer a rejeição deles

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redegazeta.com.br

O Ministério Público de Contas quer a rejeição das contas de sete prefeituras do Estado referentes ao ano de 2012. Para os procuradores do órgão, houve irregularidades em Afonso Cláudio, Cariacica, Colatina, Guaçuí, Pedro Canário, Santa Maria de Jetibá e São José do Calçado.

O problema apontado em seis das sete prefeituras foi que os gestores da época não deixaram recursos suficientes em caixa para pagar despesas contraídas nos últimos meses de mandato, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em Cariacica a questão em xeque é o repasse do duodécimo à Câmara Municipal que, de acordo com o MP de Contas, foi feito em valor acima do limite constitucional. Além dessa, outras 10 irregularidades foram listadas nas contas da prefeitura de Cariacica de 2012.

VITOR JUBINI

Dados serão apreciados pelo Tribunal de Contas

Após os pareceres do Ministério Público de Contas, os processos referentes às sete prefeituras foram encaminhados aos gabinetes dos conselheiros relatores. Eles ainda têm que analisar os casos e votar a respeito em plenário ou nas Câmaras do Tribunal de Contas do Estado. De forma colegiada, os conselheiros vão decidir se recomendam a rejeição das contas, como os procuradores querem, ou não.

No caso de prefeitos e ex-prefeitos, o Tribunal de Contas emite parecer pela aprovação ou rejeição das contas. Quem vai dar a palavra final são os vereadores das cidades citadas.

TUMULTO

Vereadores batem boca na Serra

Votação de reajuste de 9% para servidores foi adiada após divisão no plenário da Câmara

Após muita discussão, tudo vigiado de perto por servidores municipais, que lotaram a galeria da Câmara da Serra, os vereadores decidiram ontem adiar a votação do projeto sobre o reajuste da categoria, proposto em 9%, de forma parcelada, pela prefeitura.

Parlamentares ligados ao prefeito Audifax Barcelos (PSB) queriam votar, mas os colegas denunciaram uma manobra para que emendas que poderiam mudar a forma de pagamento fossem derrubadas. "É com o dinheiro da população que o prefeito compra os vereadores", bradou Aldair Xavier (PTB), que criticou o escalonamento do reajuste.

Já Guto Lorenzoni (PP) destacou os benefícios da proposta original e que seria preciso votar ontem para garantir o reajuste a partir da folha de junho. Por fim, a Comissão de Justiça definiu que não havia analisado todas as emendas, inviabilizando a apreciação do projeto. (Letícia Gonçalves)

REINALDO CARVALHO/ALES - 27/05/2015

ENIVALDO disse que pedirá o bloqueio de bens das mais de 10 mil empresas sonegadoras: "Algumas são poluidoras"

Empresas sonegaram R$ 7 bi, aponta CPI

Valor se refere às 500 maiores devedoras do Espírito Santo e equivale a quase metade do Orçamento do Estado para este ano

Ricardo Aiolfi

Em um levantamento parcial da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sonegação Fiscal, já foram descobertos mais de R$ 7 bilhões sonegados por empresas no Espírito Santo. O valor é quase metade do Orçamento do Estado para este ano, de cerca de R$ 16 bilhões.

Do valor subtraído, R$ 3,35 bilhões são referentes apenas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O restante do valor é referente ao Imposto sobre Serviços (ISS) sonegado.

Apesar de os números assustarem, o presidente da CPI, deputado Enivaldo dos Anjos (PSD), aponta que as cifras podem ser ainda mais altas e se referem apenas aos valores que ainda não prescreveram, prazo que, normalmente, é de cinco anos:

"Esse levantamento abrange apenas as 500 maiores empresas devedoras do Estado. Até o relatório final, esse valor será ainda maior. Temos informações de que são mais de 10 mil empresas que sonegaram impostos no Estado."

Os membros da Comissão pretendem marcar uma reunião com o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Sérgio Bizzotto, solicitando o bloqueio dos bens de todas as empresas envolvidas até o momento.

"Existe uma morosidade para o Estado recuperar esse dinheiro, por isso vamos ao TJ para que essas dívidas não prescrevam", afirmou.

Um ponto que chama a atenção de Enivaldo é que várias das empresas que supostamente sonegaram impostos estão envolvidas também em investigações de outras CPIs. "Algumas empresas poluidoras, além de trazer custos à saúde pública, ainda sonegaram impostos", ressaltou Enivaldo.

O relator da Comissão, Cacau Lorenzoni (PP), espera que o dinheiro volte aos cofres públicos em tempo hábil. "Nesta crise, é inadmissível que grandes empresas soneguem esse volume de imposto, enquanto os municípios sofrem com os cortes", avaliou.

Cacau também destaca que no relatório há cinco empresas que já saíram do mercado ou nem existem mais. Além do bloqueio dos bens das 500 empresas que o relatório aponta, os deputados também querem a quebra do sigilo fiscal, telefônico e bancário dos fiscais que podem estar envolvidos na sonegação.

Além de Enivaldo e Cacau, fazem parte da CPI: os deputados Marcos Mansur (PSDB), como vice; e os membros Guerino Zanon (PMDB) e Padre Honório (PT).

Processo de cassação divide vereadores

Vereadores de Cachoeiro de Itapemirim, na região Sul do Estado, estão divididos sobre a aprovação da abertura de uma Comissão Processante que poderá abrir um processo de cassação do prefeito Carlos Casteglione (PT).

Na próxima terça-feira, o plenário da Câmara de Vereadores irá votar se o pedido de impeachment de Casteglione, protocolado pelo presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sindimunicipal), Jonathan William, na última quarta-feira, tem fundamento para abertura do processo. Serão precisos 14 votos para abertura da comissão. Atualmente a Casa tem 21 vereadores. A base do pedido de cassação são supostos crimes de responsabilidade e infração política administrativa.

O único vereador a antecipar seu voto foi José Carlos do Amaral (DEM): "Sou a favor da cassação."

Já o vereador Davi Lóss (PDT) foi mais prudente ao comentar. "O julgamento político é perigoso. É preciso ter cautela e obedecer ao direito de ampla defesa", disse.

Adiada votação de aumento na Serra

A Câmara da Serra adiou para a próxima segunda-feira a votação do projeto de lei que reajusta os salários dos servidores do Poder Executivo. A votação dividiu os vereadores.

Onze estavam a favor da proposta da prefeitura, de 9,23% de aumento, em três parcelas, sendo a última válida para 2016.

Outros 11 queriam 9%, em três parcelas, válidas ainda para este ano, proposta defendida pelos servidores. A Polícia Militar foi chamada para escoltar os vereadores, para evitar agressão aos parlamentares.

PLENÁRIO

plenario@redetribuna.com.br

Ponto inútil na Câmara da Serra

Apesar de a Câmara da Serra ter assinado em setembro do ano passado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público se comprometendo a instalar e regulamentar o ponto biométrico na Casa, o registro de presença de servidores efetivos e comissionados não tem validade até hoje.

Isso porque os vereadores não fizeram projeto de resolução para regulamentar o TAC. Assim, mesmo oito meses depois de assinado o termo, os dados registrados no ponto biométrico não servem para contar presença e nem para punir os faltosos.

Na semana passada, a Câmara da Serra foi notificada pelo Ministério Público a ajustar a situação. De acordo com o diretor administrativo da Câmara, Flávio Serri, foi montada uma comissão com quatro vereadores que vai regulamentar o termo de ajuste. A comissão ainda vai se reunir para definir o caso.

* * *

Pena três vezes maior

Após ouvir a consultora do Unicef Karyna Sposato sobre a proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, o deputado federal Sérgio Vidigal defendeu mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

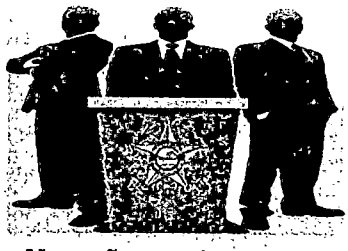
"É um momento oportuno", disse Vidigal (PDT). Ele defende pena máxima de nove anos, para menor infrator, ao invés de três ditados pelo estatuto.

Aumento de 34%

O ex-prefeito de Vargem, Alta Eliezer Rabello (PMDB), que no mês passado virou diretor da Câmara de Vereadores do município, teve o salário aumentado em 34% (de R$ 3.280 para R$ 4.400). Já os servidores da Casa tiveram reajuste de 12%.

Segundo Rabello, o aumento foi aprovado em projeto que equiparou o cargo de diretor ao de secretários.

* * *



Marcação cerrada

A votação do projeto Escola Viva na Comissão de Ciência e Tecnologia estava empatada quando Marcos Mansur (PSDB) foi dar o seu voto. O líder e o vice-líder do governo, Gildevan Fernandes (PV), e Erick Musso (PP), foram atrás dele até o microfone e ficaram ali, na pressão, até Mansur dar voto favorável.

Hospital vai receber 100 mil

Com a devolução à Prefeitura de Santa Leopoldina de dinheiro economizado pela Câmara, a Fundação Hospitalar Nossa Senhora da Penha, único hospital público de Cariacica, vai receber R$ 100 mil.

O hospital esteve perto de fechar as portas após a redução de repasse do governo – hoje a fundação recebe, por produção, até R$ 63.319,71. Segundo a direção, cirurgias foram reduzidas à metade.

* * *

Dinheiro do Carnaval para pagar a servidores

O vereador de Vitória Davi Esmael (PSB) fez duas indicações à prefeitura em que pede a substituição dos gastos com Carnaval e decoração natalina na capital para repor as perdas salariais de servidores e incrementar investimentos.

"A crise me levou a sugerir cortes no Orçamento: redimensionar a decoração natalina, de R$ 4 milhões, repensar os fogos de artifício no Réveillon e substituir a verba pública de R$ 6 milhões para o Carnaval, por capital privado".

GALERIA

FERROVIA RIO-VITÓRIA

No mês que vem já se iniciam as primeiras audiências públicas para a construção da ferrovia que vai ligar Vitória ao Rio. A ferrovia, para trem de carga, terá 577 km de extensão e o investimento é de R$ 6,5 bilhões.

COMEMORAÇÃO

Moradores de Jardim Camburi comemoraram a inauguração da Unidade da PM no bairro. "Foi uma conquista da comunidade que fez 4 manifestações para a instalação do posto", disse Evandro Figueiredo do Movimento Jardim Camburi Merece Mais.

PRIORIDADE

O deputado Hércules Silveira (PMDB) apresentou projeto de lei que garante atendimento prioritário nas unidades de saúde para transplantados e portadores de doença renal crônica.

"É HORROROSO!"

"O projeto do Novo Código Penal é horroroso. Queremos um plebiscito para decidir sobre prisão perpétua para corrupção, tráfico de drogas e pedofilia". Do senador Magno Malta (PR).

Até a 132 km/h na Rodovia do Sol

Em uma hora, durante o dia, polícia usou radares móveis e multou 68 veículos por excesso de velocidade em Vila Velha

Daniel Figueredo

A Polícia Militar está realizando operação de fiscalização de velocidade nas rodovias estaduais com radares móveis neste feriado de Corpus Christi. Serão fiscalizadas a Rodovia do Sol, entre Vila Velha e Guarapari, a ES-010, Serra, e o trecho da Norte-Sul, entre a avenida José Rato, Serra, e Dante Michelini, Vitória.

Ontem, em uma hora de operação na Rodovia do Sol, em Vila Velha, 68 veículos foram multados por excesso de velocidade. A velocidade mais alta registrada foi de 132 km/h. No período, cerca de 600 veículos foram fiscalizados pelo radar móvel.

A maioria dos veículos multados se enquadrava no nível de infração média – ultrapassaram o limite de velocidade em até 20%. Eles vão perder quatro pontos na habilitação e pagar multa de R$ 85,13.

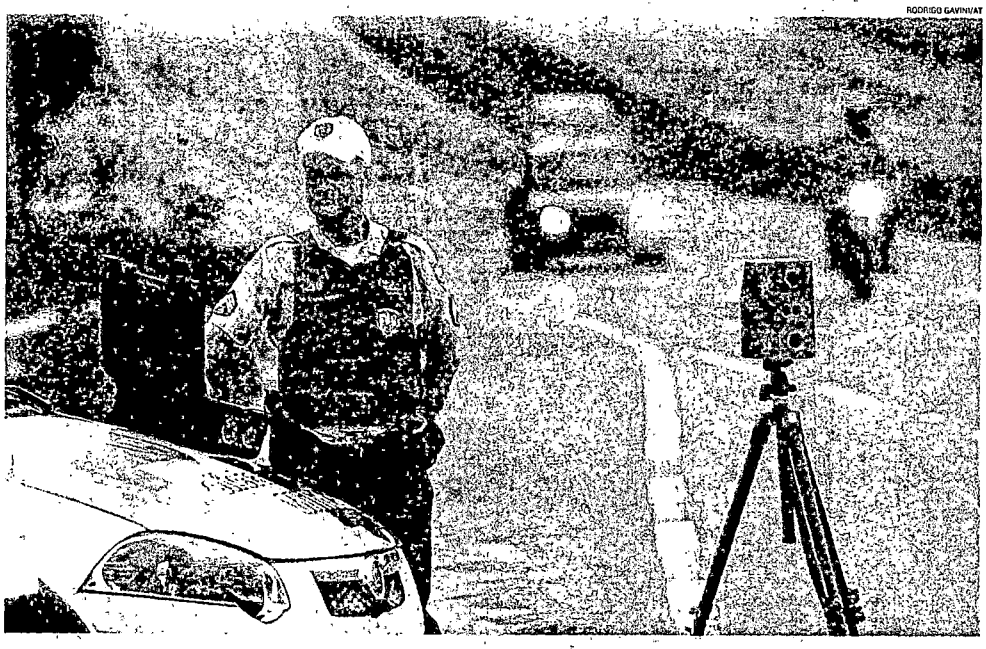
O comandante do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar (BP-tran), o tenente-coronel Marcelo Bermudes, ressaltou que a utilização do equipamento é importante para reduzir o número de acidentes nas rodovias e que os pontos fiscalizados serão previamente divulgados para que motoristas sejam educados a reduzir a velocidade.

Ao todo, serão 23 pontos de fiscalização, sendo 11 na rodovia ES-010 (entre Manguinhos e Nova Almeida, na Serra); 10 na Rodovia do Sol (entre a Barra do Jucu, em Vila Velha, e Guarapari); e três na rodovia Norte-Sul (entre a avenida Dante Michelini, em Vitória, e a avenida José Rato, Serra).

O subtenente Wolmar Rodrigues afirmou que, no entanto, as velocidades dos motoristas podem ser maiores do que as registradas pelo radar. "Quando avistam o veículo da polícia, muitos acabam reduzindo, o que muda o registro, mas estavam acima da velocidade."

As fiscalizações vão ocorrer integradas às operações de fiscalização da Lei Seca. "Vamos mudar de ponto sempre e ficaremos visíveis, a intenção é evitar acidentes graves. São cinco radares e as fiscalizações podem ser feitas em mais de um ponto ao mesmo tempo."

RODRIGO GAVINI/AT



FISCALIZAÇÃO COM RADAR MÓVEL na Rodovia do Sol, próximo ao pedágio: polícia diz que as fiscalizações podem ser feitas em mais de um ponto ao mesmo tempo

SAIBA MAIS

Pontos de fiscalização

> O BATALHÃO de Trânsito da Polícia Militar vai realizar fiscalizações com radares estáticos em 23 pontos das rodovias estaduais. Serão cinco equipamentos espalhados nessas três rodovias estaduais.

ES 468 (Norte Sul, que liga Av. Dante Michelini à Av. José Rato)

> ES 468 Km 0 + 600m
> ES 468 Km 1 + 700m
> ES 468 Km 2 + 700m

ES-010 (entre Manguinhos e Nova Almeida)

> ES-010 Km 06 + 700m
> ES-010 Km 07 + 200m
> ES-010 Km 07 + 700m
> ES-010 Km 18
> ES-010 Km 20 + 200m
> ES-010 Km 20 + 400m
> ES-010 Km 21
> ES-010 Km 22 + 300m
> ES-010 Km 22 + 800m
> ES-010 Km 22 + 900m

ES-060 (da Barra do Jucu até Guarapari)

> ES-060 Km 19 + 500m
> ES-060 Km 26 + 400m
> ES-060 Km 26 + 800m
> ES-060 Km 27 + 300m
> ES-060 Km 28
> ES-060 Km 29 + 600m
> ES-060 Km 35
> ES-060 Km 37 + 300m
> ES-060 Km 38 + 700m
> ES-060 Km 39 + 100m

OBS.: As placas de quilometragem ficam nos acostamentos às margens da rodovia a cada quilômetro e não foram repassados pontos de referência.

Horário restrito para caminhões em BRs

Os caminhões vão ter restrição de circulação nas rodovias federais que cortam o Estado hoje, entre 6h e 14 horas. A restrição é uma das medidas adotadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) para a operação Corpus Christi, que começou ontem e vai ter duração até o domingo.

Também haverá restrição de caminhões para o retorno do feriadão, no domingo, quando os caminhões ficarão restritos entre 16h e meia-noite. O motorista que descumprir a determinação será notificado pela PRF e terá o veículo retido até a liberação.

Ele também será multado em R$ 85,13 e vai perder quatro pontos na carteira de habilitação. Além disso, o condutor será obrigado a permanecer com o veículo estacionado no local onde for abordado até o final da restrição de circulação nas rodovias federais.

Durante a operação Corpus Christi serão feitas blitze da Lei Seca e fiscalização da velocidade ao longo de todas as rodovias.

A operação especial vai acontecer durante todos os dias de feriado. Todas as radiopatrulhas da PRF estarão equipadas com bafômetros para os atendimentos a acidentes. Os radares móveis estarão posicionados em locais com grande índice de acidentes.

SEGURANÇA

A PRF também fez alerta para os pontos com mais riscos de acidentes nas rodovias federais.

Eles pedem para que sejam tomados cuidados em pontos da BR-101, entre o bairro Nova Carapina e Pavilhão de Carapina; em Viana, da Rodovia do Contorno ao entroncamento da BR-262; e Linhares, em todo o perímetro urbano da BR-101. Na BR-262, eles alertam para os acidentes entre a Segunda Ponte e o bairro 13 de Maio.

ANTONIO MOREIRA/AT

VEREADORES e engenheiro da prefeitura participaram da blitz

CPI DO PÓ PRETO

Vereadores fazem blitz de barco para flagrar poluição

Vereadores de Vitória e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória (Semmam) realizaram, na manhã de ontem, uma blitz de barco na região da Vale, para averiguar denúncias de poluição por pó preto.

Estavam presentes os vereadores Davi Esmael (presidente da CPI do Pó Preto), Vinicius Simões, Fabricio Gandini e o engenheiro Antonioni Venturim, da Semmam. Segundo Davi Esmael, houve flagrante de dano ambiental. "Flagramos finos de minério na superfície do mar, proveniente provavelmente do carregamento de minério sem cuidado de impacto".

A Prefeitura de Vitória informou, por nota, que fará um relatório técnico da visita. "Caso seja confirmada alguma irregularidade, a empresa será autuada".

A Vale informou, também por nota, que não constatou irregularidade em suas operações no dia. "A empresa reforça que todo o seu sistema produtivo no Complexo de Tubarão, desde a chegada do minério até o embarque nos navios, é equipado com as mais modernas tecnologias de controle ambiental".